

A Censura contra a Paulistanidade: a atuação do Departamento de Diversões Públicas sobre a peça *Este Ovo é um Galo*

Eliza Bachega Casadei¹

Resumo

A História constantemente serviu como um instrumento para legitimar situações presentes. Baseado, normalmente, mais em anacronismos do que em mentiras, como salienta Eric Hobsbawn, a apropriação da História para a legitimação de situações presentes é tanto mais perigosa porque passa a ser propagada em livros escolares e produtos culturais. É a partir dessa ótica que iremos analisar, no presente artigo, a intervenção da censura na peça *Este Ovo é um Galo*, de Lauro César Muniz, que passou pelo Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo, em 1959. Ao explorar as tradições simbólicas da Revolução de 1932, a peça se torna alvo da censura, em uma época em que o elogio à nacionalidade estava em voga. A censura posiciona-se, portanto, cortando os elementos que ressaltam a paulistanidade.

Palavras-chave: *Censura, teatro, nacionalismo, regionalismo, legitimação histórica*

1. **I**ntrodução

Durante o quarto centenário do Descobrimento do Brasil, em 1900, aconteceu um fenômeno curioso. De acordo com Danilo Ferretti e Maria Helena Capelato, alguns intelectuais paulistas aproveitaram a ocasião dos festejos para revisitar a História do país sob uma nova ótica: ao invés de analisar figuras clássicas do descobrimento como Pedro Álvares Cabral ou Pero Vaz de Caminha, eles tentaram enfatizar o papel de João Ramalho – o patriarca dos paulistas – no descobrimento nacional.

¹ Graduanda em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Desenvolve o trabalho junto ao projeto temático "A Cena Paulista: um estudo da produção cultural de São Paulo a partir do Arquivo Miroel Silveira" no eixo temático "O Poder e a Fala na Cena Paulista", sob orientação da Profª. Dra. Mayra Rodrigues Gomes.

A tentativa de ligar a história nacional à história paulista teria começado quando José Luis Alves, em 03 de março de 1899, durante a primeira sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, propôs que se procurasse o testamento original de João Ramalho. Ele supostamente provaria que Ramalho havia chegado na América antes mesmo de Colombo. Como o documento não pôde ser encontrado, a primazia de Cabral permaneceu intacta – o que, aliás, foi bastante estratégico, já que Cabral era uma figura que não se identificava imediatamente com nenhuma região do país. João Ramalho, pelo contrário, era parte do folclore paulista por excelência:

No caso de se considerar a primazia de João Ramalho, personagem polêmica, irremediavelmente relacionado com a mitologia regional paulista, a situação seria completamente outra. A valorização de sua figura como herói descobridor do país daria ensejo à valorização de uma parte sobre o todo, ou seja, de São Paulo sobre o Brasil. Esta preponderância do regional sobre o nacional em qualquer contexto histórico seria problemática - uma vez que a construção simbólica da nação pressupõe a supressão ou enquadramento dos regionalismos, - tanto mais neste início do século XX. A recém proclamada república ainda se via às voltas com problemas de afirmação do Poder Central sobre Estados que, em virtude da nova constituição federalista, haviam adquirido grande autonomia político-administrativa. Todo o cuidado era pouco para se aproveitar o jubileu como elemento de consolidação da unidade nacional, recentemente privada da figura aglutinadora do Imperador (Ferretti e Capelato, 2007).

Essa construção simbólica da superioridade paulista frente a outras regiões do país já era bem mais antiga: pelo menos desde o século XVIII. “Provavelmente influenciado por esta leitura da história paulista, o viajante Auguste de Saint-Hilaire exclama que os paulistas são uma espécie de ‘raça de gigantes’, e com esta frase faz escola, sendo repetido por muitos intelectuais e outros membros da elite de São Paulo” (Cerri, 1998). Durante o século XIX esse processo é acentuado e atinge seu auge nas primeiras décadas do século XX.

Como “a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria prima para o vício da heroína” (Hobsbawn, 1998: 17), parte da intelectualidade paulista sempre tentou buscar na história os fatos que dariam respaldo à “paulistanidade”. É o caso, por exemplo, do mito do Bandeirante, que vinculava “atemporalmente o paulista a uma vocação nacional, de construtor das amplas fronteiras do território a mantenedor da grandeza nacional” (Cerri, 1998).

A Revolução de 32 foi outro desses mitos que forneceriam “um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito que comemorar” (Hobsbawn, 1998: 17). Tanto

que uma das singularidades do conflito é justamente o fato de que “a preservação da memória, a comemoração do evento e o culto aos heróis sejam tradicionalmente realizados pelos vencidos da guerra e não pelos vencedores” (De Paula, 1999: 31).

O conflito de 32 é justamente o tema da peça de estréia do diretor Lauro César Muniz, *Este Ovo é um Galo* (DDP 4748), que passou pelo processo de censura em 1959. Apesar de ser uma sátira à Revolução Constitucionalista, a peça possui vestígios desse imaginário heróico paulista de 32 – mesmo que muitas vezes usado como elemento parodístico. A censura, entretanto, parece não ter achado muita graça nisso.

O problema fundamental que motivou a ação da censura nessa peça está no mesmo fato que perpassava a tentativa de identificação da história do Brasil com a história paulista, ou seja, na necessidade de que fatos históricos respaldem uma idéia de nação.

O que queremos dizer com isso é o seguinte: em 1959 estávamos às vésperas da inauguração de Brasília. Além de representar o ideal de modernidade e a síntese do projeto desenvolvimentista, Brasília estava afogada em um sentimento de “consolidação da moderna identidade nacional” (Louzada, 2003).

A nova capital, além de símbolo do ideal modernizador do período, seria também um instrumento para a consolidação de uma idéia de nação que passava pela integração nacional e demandava a plena unidade territorial. Ao mesmo tempo, era preciso abrir o país para o mercado internacional. Para recebê-lo era necessária uma nova sala de visitas para o país, limpa, bonita e moderna (Louzada, 2003).

Algumas passagens pontuais da peça de Muniz contrariam essencialmente esse simbolismo agregador de unidade nacional que Brasília representava em algumas falas que enfatizam a paulistanidade. São exatamente esses trechos que são cortados pela censura (exceto em uma única intervenção como trataremos posteriormente). Ela mostra uma preocupação na construção histórica nacional onde os elementos desagregadores eram mal vistos.

A peça de Muniz recebeu dois prêmios logo em seu ano de estréia. A estória começa quando dois comerciantes de uma cidadezinha do interior herdaram um terreno e entram em conflito quanto ao destino dele. Eles fazem, então, uma aposta: pegam um ovo que havia sido achado em uma galinha morta e dizem que se do ovo nascesse um galo, eles construiriam uma casa no terreno e se nascesse uma galinha, eles ampliariam seus negócios.

Nesse mesmo dia, acontece a rendição das tropas paulistas ao governo central na Revolução de 1932. Os habitantes da cidade se recusam a aceitar o novo governante enviado pelo Rio de Janeiro e forma-se um governo paralelo. Para resolver a questão, os dois prefeitos usam a mesma técnica dos comerciantes: se do ovo nascesse um galo, o governante antigo assumiria; se nascesse galinha, a cidade teria que aceitar o novo prefeito.

Quando o ovo finalmente nasce, - depois de muita confusão e espera, com episódios em que até a cidade inteira adere à aposta – o governo federal manda um novo prefeito à cidade.

2. A intervenção da censura:

A primeira frente de intervenção da censura se dá nos aspectos desagregadores que dizem respeito ao conflito paulista em si. Na página 5, um dos personagens defende que, apesar da derrota, São Paulo ainda saía vitorioso:

“ER – Que nada. Nossa derrota foi uma vitória. A derrota foi dos coronéis. O povo paulista venceu. Provou saber o que quer. Não foi na onda, como o resto do Brasil. Festa de vitória no duro.”

O que está em questão, no trecho em censurado, é o embate entre a atitude de São Paulo em comparação com a atitude dos demais Estados brasileiros – obviamente, glorificando a atitude paulista. Este trecho seria mais um exemplo do mito de São Paulo como locomotiva da nação, uma vez que transparece que, enquanto os outros Estados estavam cegos (“se deixaram levar”), São Paulo se dispôs a lutar por uma demanda nacional urgente. Era esse, aliás, o principal eixo de argumentação dos insurgentes paulistas em 32:

A maior preocupação dos constitucionalistas estava em demonstrar que o interesse maior da revolução não era solucionar apenas a particularidade do sofrimento dos paulistas perante a ditadura, mas visava o bem geral da nação. (...) Como a locomotiva que arrasta os vagões vazios dos estados restantes, São Paulo seria o grande campeão a dar o exemplo aos demais, mesmo à custa do sangue e do sacrifício de seus filhos. (De Paula, 1999: 221).

Curiosamente, era exatamente o oposto disso que o governo Vargas, na época do conflito, tentou mostrar. A censura política de 1932 se esforçava em reforçar a idéia de que São Paulo lutava sozinho. Segundo Jeziel de Paula:

A censura imposta pelo governo militar de Vargas jamais deixou passar a informação de que o estado de Mato Grosso também lutava ao lado de São Paulo e nem qualquer notícia sobre as várias rebeliões antiditatoriais que pipocavam em mais oito estados brasileiros. O discurso getulista, ao propagar um regionalismo excessivo dos habitantes de São Paulo e identificar como ‘paulista’ todo aquele que se posicionava contra seu governo, não importando o estado ou até mesmo o país de origem, contribuiu para a consolidação do mito separatista (De Paula, 1999: 216).

A inversão do posicionamento da censura, neste caso, parece ter se dado no sentido de enfraquecimento do mito da paulistanidade. Uma vez que, apesar de derrotado, uma das maiores demandas do movimento paulista foi atendida – a Constituição – e, levando-se em consideração também que o governo Kubitschek se desenvolvia sob a tônica da integração nacional, era inconveniente que um estado se mostrasse responsável por um feito dessa magnitude enquanto o resto do Brasil teria “se deixado levar”. Ao tirar a comparação São Paulo/Brasil, o embate de atitudes é destruído.

Na página 19, há um outro corte nesse mesmo estilo:

CH: Faça isso por nós, faça isso pela cidade, por São Paulo, pelo Brasil!

CL: Por São Paulo!

CH: MMDC!!! Imite o exemplo destes 4 valentes!

Apesar de a maioria dos pesquisadores concordarem que o movimento de 32 não era separatista – apenas algumas correntes pregavam a desagregação de São Paulo, mas elas representavam a minoria dos insurgentes – o mito separatista ainda era muito forte. Como mártires de uma revolução separatista, os quatro estudantes mortos não deveriam ser exemplos para nenhum governo que pregasse a integração nacional. Daí a censura.

A forma com que os paulistas designam o governo central em um trecho da peça, também é vetada.

BA: É, mas o exército que ele está agora é do governo legalista. (pausa)

RT: Como? O governo dos galinha?

CL: Todas as forças armadas agora pertencem ao governo da República.

EG: Todos defendem o governo do Rio de Janeiro.

RT: Quer dizer que agora o Zé Antônio defende o governo dos galinhas?

Vale relembrar que a palavra “galinha” é usada aqui porque se refere à aposta feita na peça: o grupo do governo central governaria a cidade se do ovo nascesse uma galinha. O duplo sentido da palavra, porém, é capaz de criar outros sentidos.

A palavra galinha pode ter diferentes significados nesse contexto – todos eles desmerecendo de alguma forma o governo central. Segundo o Dicionário Internacional de Idiomas, galinha pode ter o significado figurativo de “desdita, sem sorte”. O Michaelis indica, também, que a palavra pode significar “pessoa covarde”. O governo central, nesta construção seria, portanto, inferior ao de São Paulo por ser infeliz ou covarde. Pelas mesmas razões dos vetos anteriores, era interessante desfazer essa construção.

Há, ainda, uma outra interpretação possível. Os membros da Ação Integralista Brasileira ficaram conhecidos pejorativamente, durante muito tempo, como “os galinhas verdes” por causa da cor verde do uniforme e da postura orgulhosa que utilizavam na marcha. Essa seria, entretanto, um significado que o autor ou o censor da peça só poderiam ter lhe conferido posteriormente, uma vez que o partido é fundado em Outubro de 32. Ou seja, na época da Revolução Constitucionalista, esse partido ainda não existia. Mas, como a peça é escrita e passa pela censura somente em 59, é possível que algum dos envolvidos tenha pensado na ligação que existiu, durante certo período do governo Vargas, entre o governo central e a ação integralista. De fato, os integralistas apoiaram ativamente o surgimento do Estado Novo, mas poucos meses depois, Vargas determinou a extinção dos partidos, entre eles a AIB (o que deu origem ao levante integralista). É possível que o censor tenha feito essa ligação, mas decidiu vetá-la por se tratar de uma corrente política heterodoxa.

A segunda frente da ação da censura também age sobre termos que exaltam o orgulho da paulistanidade, mas, desta vez, eles não estão calcados em aspectos do conflito em si, mas sim, em trechos que demonstram um preconceito paulista em relação ao Nordeste. Na peça, o novo prefeito que havia sido mandado para a cidadezinha pelo governo central era baiano. Os habitantes da cidade, por este motivo, tinham alguns rompantes de preconceitos contra ele. São os trechos abaixo que foram vetados respectivamente nas páginas 13 e 14:

ZA: Pergunte pra um “cabeça chata” da tua terra se ele gosta de paulista! Pergunte se ele gosta de trem blindado e avião branco!

Voz de fora: Fora Jagunço... (vaias)

Cabeça-chata, originalmente, não significava exatamente uma ofensa, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Insultos. “Mas o nordestino, em particular, o cearense, o

primeiro a receber a alcunha, não aprecia ser identificado assim” (Aranha, 2002). De qualquer maneira, tanto o termo quanto o restante da frase vêm carregados de uma forte tensão preconceituosa.

No caso da palavra “jagunço”, isso também fica patente. Segundo Aranha, “dava-se esse nome aos indivíduos fanáticos que acompanhavam Antônio Conselheiro (1828-1897), protagonista do episódio que ficou conhecido como Canudos. Como insulto, o termo designa o capanga, valentão a serviço do chefe e, sempre, assalariado” (Aranha, 2002).

Laura Della Mônica coloca que o preconceito contra o nordestino começa na própria escolha de mão de obra paulista do final do século XIX, quando “o migrante nacional não era lembrado como opção possível para a cultura extensiva” (Mônica, 1992: 105). Ela cita um discurso do deputado estadual Paulo Souza que exemplifica bem esse tipo de pensamento:

Para o nosso Estado têm vindo muitos migrantes de outros Estados da nossa República e não têm se adaptado à nossa cultura. Os cearenses, por exemplo, são bons trabalhadores, mas vêm para cá e estão longe de trabalhar como os estrangeiros (...) Vêm de uma zona quente, mais atraente que a nossa e, portanto, são relativamente pouco afeitos ao trabalho, em confronto com os estrangeiros europeus” (Paulo Souza, citado em Mônica, 1992: 105)

Segundo a pesquisadora, o fluxo de imigrantes nacionais começa a se intensificar nos anos 30. Com este aumento e o passar das décadas, surgem também alguns problemas: os nordestinos passam a serem vistos como ladrões de emprego e usurpadores dos serviços sociais paulistas, além de indolentes, preguiçosos e avessos ao trabalho.

Entre 1951 e 1960, estima-se que São Paulo recebeu quase 1 milhão e trezentos mil nordestinos (Mônica, 1992: 110). Os anos de 1952 e 1958 foram especialmente dramáticos nesse quadro porque houve grandes secas nesses anos, o que aumentou o fluxo de migração.

Provavelmente em nenhuma conjuntura seria aceita a manifestação pública de um preconceito dessa magnitude – apesar de não dizer nada sobre preconceito regional, a Constituição de 1946 proíbe expressamente a manifestação de preconceitos raciais ou de classe. Mas, se aceitarmos o que grande parte dos pesquisadores diz, de que “a migração foi a saída para que o nordestino não explodisse em insurreições e revoltas, tal como no século passado” (Hamilton de Matos Monteiro citado em Mônica, 1992: 108), o apagamento desse preconceito era ainda mais necessário em vista da grande seca do ano anterior.

Todos os cortes mostrados até agora tinham a intenção de quebrar a aura da superioridade paulista. O único corte que não segue esta regra está na folha número 33:

FD: Se o tio Benévolo deixou o terrenão pra nós, queira Deus, eu desisto da aposta do ovo. Como se o pinto nascesse galo.

EG: Galo?

FD: Galo macho, sim senhor.

A expressão “galo macho” é usada para se contrapor à expressão “galo capão” – que é o galo que é castrado porque dizem que sua carne fica muito mais saborosa desta maneira.

O acto de capar remonta aos tempos dos Romanos. Consta-se que o Cônsul Romano Caio Cânio, cansado da perda de sono por causa dos cantares dos galos, conseguiu uma lei impeditiva da existência destas aves na cidade de Roma. Sem contrariar a lei, houve logo quem se lembrasse de uma forma de continuar a usufruir dessa carne capando os galos, eles deixavam de cantar. Terá deste modo surgido uma nova “espécie”, o capão, que ultrapassa em beleza, tamanho e sabor, o galo macho. O “voto” de castidade concedia ao animal um ar triste e envergonhado, mas tornava-o gordo, opulento, dotado de uma carne tenra e das mais saborosas de todas as aves (Jornal Digital Regional Caminh@ 200). FEIRA DOS

CAPÕES

Obviamente, o censor não parece ter interpretado assim. Existem duas hipóteses possíveis para uma interpretação maliciosa que justificaria o corte. A primeira delas se refere ao fato de que o uso da palavra “galo” normalmente é usado como simbologia de “macho”. Ela é normalmente utilizada para aumentar a carga de masculinidade de uma expressão – como é o caso das expressões “galo de briga” e “cantar de galo”. Talvez, por isso, o censor tenha pretendido tirar a expressão da esfera humana e deixá-la somente na esfera animal, para quebrar a redundância e o reforço excessivo da masculinidade.

A expressão “galo macho”, entretanto, muitas vezes é utilizada como forma de “ironizar” a postura masculina excessiva de alguns homens. Muitas piadas, para dizer que um homem que vive afirmando sua masculinidade é, na verdade, homossexual, utilizam essa expressão. Esse pode ter sido um outro motivo para o corte. O efeito de humor seria obtido, justamente, porque o “*ethos* viril precisa se sobrepor a uma ocupação do espaço social – por parte do enunciador – que lhe seja estranha (...) Um dos efeitos dessa ambigüidade é exatamente a tensão contrastiva: acaba-se por construir um estereótipo em que ter o *ethos* de macho valente já constitui uma simulação enunciativa” (Conde, 2005).

Além dos cortes, há ainda mais algumas orientações da censura quanto a elementos cênicos e expressivos da apresentação. Em uma das cenas, logo no começo da peça, uma

galinha é morta para o almoço – é ta tal galinha que sai o ovo que dá o motivo do enredo. A censura proíbe que se mate a ave em cena. Esse procedimento, percebido muito provavelmente nos ensaios gerais, deve ter sido tomado para que a cena não ficasse muito chocante para o público.

A outra orientação diz respeito à proibição de se utilizar símbolos da Igreja no palco. Um dos personagens secundários da peça, um vigário, era o possuidor de tais símbolos católicos. Não há nenhuma indicação de que ele use os símbolos de maneira desrespeitosa, mas, como já foi percebido por outros estudos sobre a censura no teatro paulista, havia muita reserva e cuidado para com o uso deles e era comum o veto.

O uso da bandeira – um dos elementos cênicos – só foi permitida durante a apoteose. Como o maior símbolo de uma região, existem muitas regras e cuidados para o seu uso: por exemplo, deve ser sempre hasteada a um mastro, com altura e dimensões estabelecidas por lei, entre outras regras. Provavelmente, na observância dessas leis, a censura resolveu limitar o seu uso.

Depois de esmiuçar as diversas intervenções da censura nessa peça, concluímos que o que prevaleceu foi o embate entre duas formas diferentes de justificar historicamente uma idéia de nação. Eric Hobsbawn coloca que o passado, de certa forma, sempre serve como uma espécie de guia de orientação para o presente – seja para altera-lo através da evocação de uma “volta aos antepassados” que muitas vezes nunca existiram, seja para manter as coisas como estão. O fato principal é que, frequentemente, o passado é uma das formas mais eficazes de fundamentar certas idéias abstratas como nação, cidadania, grandeza. “Os novos burgueses buscam pedigrees, as novas nações ou movimentos anexam a sua história exemplos de grandeza e realização passadas na razão direta do que sentem estar faltando dessas coisas em seu passado real” (Hobsbawn, 2005: 33). Por isso o passado também precisa ser controlado.

Bibliografia

ARANHA, Altair. *Dicionário Brasileiro de Insultos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

CERRI, Luiz Fernando. “Non Ducor, Duco: A ideologia da paulistanidade e a escola”. *Revista Brasileira de História*, volume 18, número 36, São Paulo, 1998. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200007.

Acessado em 17/05/2007.

CONDE, Gustavo. *Piadas Regionais: o caso dos gaúchos*. Dissertação de Mestrado apresentado a Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

DE PAULA, Jeziel. *1932: Imagens construindo a História*. Piracicaba: Unimep, 1999.

FERRETTI, Danilo J. Zioni e CAPELATO, Maria Helena Rolim. “João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV Centenário da Descoberta do Brasil”. Disponível em <http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=cache:Hk9Mb-UD4D0J:gladiator.historia.uff.br/tempo/textos/artg8-4.PDF+paulistanidade>. Acessado em 17/05/2007.

HOBBSAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998. Tradução Cid Knipel.

LOUZADA, Silvana. “A inauguração de Brasília pelas lentes dos fotógrafos de O Cruzeiro e Manchete”. Belo Horizonte, 2003. Disponível em <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/4410/1/NP2LOUZADA.pdf>. Acessado em 18/05/2007.

MAIA, Raul. *Dicionário Internacional de Idiomas*. São Paulo: Difusão Cultural do Livro Ltda., sem indicação do ano da publicação.

Michaelis: *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2007.

MÔNICA, Laura Della. *O Nordestino no Brás: uma questão cultural*. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

Sobre o Galo Capão: Jornal Digital Regional Caminh@ 200, número 330, 10 a 16 de Março de 2007, reportagem “Um Pouco de História “Capão de Freamude”. Disponível em <http://www.caminha2000.com/jornal/n330/distrito2.html>. Acessado em 20/05/2007.